



O ENVELHECIMENTO NO BRASIL É BOM?

Na obra “O Príncipe”, do filósofo Nicolau Machiavel, é postulada a ideia de que governantes devem agir de modo a garantir o bem universal. Entretanto, ao se analisar a conjuntura brasileira, constata-se uma realidade distinta da premissa supracitada, pois o governo é negligente quanto a política de sustentabilidade para o envelhecimento. Dessa forma, é necessário investir nessa questão, que é motivada não só pela pouca importância dada ao tema, mas também pela Justiça Federal falha do país.

De acordo com uma estimativa feita pela ONU alguns anos atrás, no Brasil, em meados de 2080 haverá mais idosos que jovens. Esse é um problema alarmante, visto que o envelhecimento da população resultará em impactos socioeconômicos, como a mudança no mercado de trabalho por conta do declínio de trabalhadores e atuação dos velhos no mercado de atividades.

Além disso, em conformidade com uma pesquisa feita pelo Estadão em 2017, o custo de internação para idosos é 30% maior para o SUS que para adultos com idade de 25 a 59 anos. O que indica que com o processo de envelhecimento, o aumento da incidência de doenças cardiorrespiratórias e gripais poderão causar maiores gastos com saúde, tornando-os cada vez mais idosos ao longo do tempo, causando assim um possível corte de recursos por conta da defasagem no dinheiro público.

Dessa maneira, o que pode ser feito para desenvolver uma política de sustentabilidade para o envelhecimento? Uma boa alternativa seria aumentar a oferta de programas públicos que garantem a população idosa de envelhecer de forma ativa, por meio da manutenção dos 4 pilares levantados pela OMS, sendo eles: a saúde, a participação social, segurança e proteção e o aprendizado. Portanto, é dever do Governo, em conjunto com instituições de saúde, como a FUNASA, expandir ações do Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável (PVEAS), com o intuito de garantir uma vida melhor a todos.

Nátali de Bairros Vogel
3º ano / Itajaí
2022